

O TEMPO CONJUNTURAL E OS ESTUDOS DOS SISTEMAS-MUNDO: ALGUMAS ANOTAÇÕES METODOLÓGICAS

Antônio Brussi¹

“Senador, o que é Política?”

“Política, minha filha, é como uma nuvem. A gente olha para ela e está de um jeito. No momento seguinte, olhamos e ela já está diferente.”

Frase atribuída ao Senador Magalhães Pinto, respondendo à pergunta de uma jornalista.

Resumo

Este artigo discute a importância que os estudos do “tempo curto” deverão ter no âmbito da Análise dos sistemas-mundo. Para demonstrar tal assertiva foram primeiramente apresentados os conteúdos da noção de conjuntura, de acordo com alguns dos principais fundamentos dessa concepção teórica, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento dos limites temporais das conjunturas histórico-políticas. Em seguida, procurou-se demonstrar como os próprios pressupostos desenvolvidos por Immanuel Wallerstein a respeito do caráter histórico do sistema-mundo capitalista e de sua crise reforçam a perspectiva de se atribuir progressiva importância aos estudos de conjuntura que, desse modo, emergem como referencial analítico fundamental nessa fase de declínio do sistema-mundo capitalista.

Palavras-chave: Sistemas-Mundo; economia-mundo, conjunturas; tempo conjuntural.

Classificação JEL: N01, N10.

¹ Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Correio: abrussi@unb.br

1. INTRODUÇÃO

O diálogo transcrito acima apresenta dois aspectos que devem ser ressaltados logo de início, como que aliviando da frase do senador os conteúdos de **provisoriedade** e de **itinerância**, à primeira vista realçados. O primeiro deles é que, independente da forma, nuvem é sempre nuvem; e o segundo é que ela vai sempre estar no céu. O diálogo ainda facilita o início desta reflexão, na medida em que nos apresenta uma boa oportunidade para estabelecer a necessária distinção entre conteúdos da ciência e do senso comum e/ou do bom senso. O senador, como político profissional, reiterou a dimensão da permanente mudança da Política e a conseqüente necessidade de se estar atento ao seu movimento. E só, a tomar a definição tal como nos foi passada. No caso da Ciência, a ambição do pesquisador deve ir além do reconhecimento do contínuo movimento. Para ser reconhecido como conhecimento científico, este deve pretender, antes de mais nada, **buscar os determinantes estruturais do campo** (no caso, a composição e localização da nuvem), **antecipar as formas possíveis que a nuvem pode assumir e a direção que esta deve tomar**.

Voltando aos nossos propósitos de introduzir algumas questões relevantes à análise das conjunturas deve ser lembrado que, guardadas as devidas proporções, o parágrafo acima também apresenta a distância que existe entre o divulgador do momento – o jornalista da notícia, do fato –, o analista da conjuntura – do tempo curto – e o da estrutura, o pesquisador do tempo longo.

O presente trabalho pretende trazer à discussão, em um primeiro momento, algumas considerações oportunas a respeito dos estudos de conjuntura, especialmente de conjunturas políticas, de suas peculiaridades, vínculos e temporalidades. No momento seguinte, propõe-se desdobrar esses pressupostos, vinculando-os aos aspectos prospectivos fundamentados nos estudos do Sistema-Mundo, especialmente referidos às contribuições que Immanuel Wallerstein vem desenvolvendo a respeito dessa última e definitiva crise sistêmica da economia-mundo capitalista, segundo seu próprio julgamento. Faz parte ainda das intenções deste trabalho apresentar argumentos que demonstrem a relevância desse tipo de estudo conjuntural, especialmente quando se considera o alto grau de incerteza presente em momentos de crise da magnitude que o autor acima atribui ao momento em que vivemos. (WALLERSTEIN, 1988)

2. A ANÁLISE CONJUNTURAL: ALGUMAS QUESTÕES RELEVANTES

Em estudos de conjuntura, especialmente de conjuntura política, o traço que mais imediata e ostensivamente chama a atenção é, a meu ver, a despreocupação de se delimitar os limites do tempo conjuntural que se analisa. Mesmo sendo invariavelmente percebido como um “tempo curto”, o objeto da análise pode variar desde poucos dias a períodos de vários anos (a duração de um governo ou de um regime, por exemplo). No que diz respeito ao reconhecimento de ser de curta duração, o dicionário Houaiss reforça esse entendimento ao definir conjuntura como: 1- combinação ou ocorrência de acontecimento ou circunstância num dado momento; circunstância, situação. 1-1- conjunção de elementos de que depende, num dado momento, a situação política, econômica, social, etc. dum país ou de um grupo de países ou de uma região; situação, quadro. 2- previsão, segundo uma técnica tentativa, do envolvimento a curto prazo das variáveis econômicas (nível de emprego, crescimento demográfico, taxa de crescimento econômico, taxa do aumento de encomendas, etc.) ou estado atual dessas variáveis. A imprecisão temporal da definição acima vem corroborar a dificuldade de mais precisão a esse respeito quando se observa outra conceituação, esta bem mais elaborada. Soares (1991:10) afirma que “conjuntura diz respeito a um recorte sincrônico, cujo conteúdo, embora não estático, é regido por uma dinâmica restrita, isto é, incapaz de gerar alterações que configurem passagens entre momentos significativos, identificados como medidas básicas de referência. Além disso, tais unidades elementares... seriam contingentes e internamente articuladas por relações instáveis, produzidas ad hoc, irreduzíveis, portanto, a leis ou nexos de necessidade, sujeitos à previsão e ao controle.”

Como se pode observar nessa definição “tentativa”, segundo o próprio autor, uma preocupação mais sistemática com a variável tempo continua ausente. Entretanto, a referência a um corte sincrônico traz inequivocamente uma delimitação temporal, isto é, a necessidade de se estabelecer um início e um fim nessa unidade de análise. Além disso, a qualificação desse recorte como portador de dinâmica restrita, incapaz de produzir grandes alterações, articulada por relações instáveis e irreduzíveis a leis estabelece, para a conjuntura, uma contraposição bastante clara à idéia de estrutura. Com isso,

temos que conjunturas invariavelmente ocorrem e são macro-determinadas pelas tendências em operação nos amplos limites das estruturas. Isso significa que sua análise requer que sejam ambientadas considerando as pressões dos determinantes estruturais em ação, porém mediatizadas pelas contingências e instabilidades episódicas de ocorrências indeterminadas “daquele” momento, isto é, do momento de seu florescimento.

Do que foi dito depreende-se que, embora a noção de conjuntura não contenha uma delimitação temporal identificável a priori, seus limites não podem ser menores que os de processos intersticiais portadores de “sentido”, porque potencialmente geradores de alterações, ao menos temporárias, na trajetória das estruturas. Na direção oposta, as conjunturas não podem ser mais longas do que a duração de todo um ciclo sistêmico ou estrutural (fase A mais fase B). Desse modo, o tempo de uma conjuntura não pode ser curto a ponto de assemelhar-se ao da ocorrência de um fato e de seus desdobramentos fáticos e cronológicos – matéria-prima do jornalista – carecendo de sentido interpretativo estruturalmente conectado e, por outro lado, sua duração não pode exceder a duração de um ciclo porque se confundiria com tendências seculares, processos estruturais de longa duração.

Nesse sentido, como as conjunturas são multi-determinadas no contexto do ciclo (do tempo curto) e da tendência secular (da estrutura) e porque demandam interpretação muitas vezes no momento mesmo em que ocorrem, não se pode exigir dos analistas que sigam os rigores teórico-metodológicos típicos de investigações estruturais próprias à atividade científica regular. Por esse mesmo motivo, sempre que análises de conjuntura são comparadas com estudos científicos convencionais, invariavelmente mostram-se menos presas aos rigores dos procedimentos típicos da ciência, com traços de cunho mais ensaístico, mais intuitivos e, quando possível, eruditos. (DINIZ, 1991)

Se o tempo presente é o que convencionalmente está associado a conjunturas, de modo algum os estudos de conjunturas limitam-se a responder aos estímulos do momento atual. Fiori (1991) acertadamente lembra da possibilidade de se investigar conjunturas passadas, buscando reinterpretá-las. Desse modo, afirma que se interpreta o presente e se reinterpreta o passado. Em ambos os casos, o autor insiste ser fundamental delimitar os contornos das conjunturas que, no caso da Política, associam-se sempre às expectativas dos atores, pois estabelecem o limite futuro do tempo conjun-

tural pela antecipação, posta no presente, do resultado futuro da ação dos atores interessados. Por outro lado, o início do tempo conjuntural presente ocorre no momento mesmo da mobilização dos interesses formuladores daquelas expectativas. Temos aqui um duplo conteúdo da análise proposta por Fiori. De um lado, a antecipação do limite futuro daquela expectativa e, de outro, a identificação dos limites temporais do analisável pelos estudos de conjuntura (o início da conjuntura e sua abrangência). Quanto às conjunturas passadas, estas são reinterpretadas reconstruindo suas trajetórias de acordo com os cânones próprios da atividade científica, sem os graus de liberdade típicos das análises do presente. Portanto, para Fiori, sem a identificação e compreensão das expectativas e dos interesses a elas vinculados não há análise possível das conjunturas políticas ou, mais ambiciosamente, das conjunturas históricas.

As posições de Fiori não contradizem as anteriores, mais voltadas aos nexos estruturais, mas complementam-nas. De tal modo que, agora, pode-se afirmar que, na Política, o início de períodos de conjuntura ocorre quando expectativas presentes e futuras de atores políticos significativos (classes, frações, movimentos sociais, grupos de interesses politicamente relevantes) começam a se apartar da direção provável da distribuição dos benefícios daquela estrutura de poder, devido às pressões exercidas pelas tendências sistêmicas típicas do desenvolvimento do sistema-mundo capitalista, reforçadas ou contraditadas por associação de interesses “daquele” momento. Ao dizer isso, estamos também dizendo que conjunturas políticas constituem o trato do conflito e nunca do consenso (GUIMARÃES, 1991: 20). Isso quer dizer que é somente quando se instauram situações de crises políticas que conjunturas políticas podem ser significativamente identificadas e interpretadas em suas possíveis conseqüências. Assim, a lenta e repetitiva rotina da vida cotidiana, quando ampliada no âmbito da estabilidade das estruturas de dominação, oferece mais nitidamente material para análise naquelas situações que ao menos prenunciam abalos na situação de estabilidade. Aqui, estabilidade refere-se ao equilíbrio instável entre os interesses do grupo hegemônico e o dos grupos subordinados e as oscilações na coexistência desses interesses, sendo essas geradoras de crises políticas. Ao nos referirmos às crises orgânicas, apontamos para a intensificação de contradições de tal modo insanáveis na estrutura que impossibilitam a

reprodução da hegemonia estabelecida e que favorecem o surgimento de projetos hegemônicos rivais. Portanto, as análises de conjunturas são muito mais freqüentes naquelas situações de tensão e conflito que costumam surgir durante a estabilidade ou, em outras palavras, no contexto da crise política, comum no “movimento orgânico da estrutura”, para lembrar um termo gramsciano. Vale a pena lembrar, neste momento, que no caso das crises sistêmicas (como as de construção de novos projetos civilizacionais), estas ainda não ocorreram no âmbito da economia-mundo capitalista, a considerar os fundamentos da teoria do sistema-mundo.

Resumindo o comentado acima temos que: 1- conjunturas são processos de dinâmica restrita, sem conseqüências geradoras de mudança estrutural; 2- como são processos não reprodutíveis, acabam por não engendrar regularidades estáveis, controláveis e preditivas, não permitindo, desse modo, o desenvolvimento de leis; 3- para que sua previsão/interpretação seja reconhecida como o conhecimento científico do tempo curto, deve-se buscar delimitar seus limites – início e fim – no campo de ocorrências de um movimento cíclico da economia-mundo capitalista (ritmo cíclico), manifestando-se em parte dele (fase A ou B) ou, no máximo, cobrindo-o em toda sua abrangência; 4- o tempo conjuntural não pode ultrapassar o limite do ciclo sob pena de repetir-se, tornando-se parte da estrutura; 5- o complemento determinante tipicamente político dos limites das conjunturas são as expectativas dos agentes políticos que, em seu surgimento e em seu alcance, determinam a extensão temporal das conjunturas; 6- seguindo o que foi dito acrescenta-se que conjunturas políticas florescem no conflito, na luta pela garantia de realização das expectativas, estas mobilizadoras da ação que não se limitam às situações de crise sistêmica; 7- como florescem e desenvolvem-se a partir da ausência de determinação (pela presença concomitante e não hierarquizada das tendências seculares e do próprio campo de luta de onde surge) suas análises necessitam estar desamarradas dos rigores usuais da teoria e da metodologia, apresentando-se como o lugar da liberdade, da criação e da inovação do método e da teoria social.

A próxima seção buscará ressaltar a relevância dos trabalhos de conjuntura para o avanço das interpretações e antecipações a respeito da direção do sistema-mundo capitalista, de acordo com as antecipações apresentadas por Wallerstein.

3. SITUAÇÃO DE CRISE NA MODERNIDADE

The most agonizing aspect of a crisis of a historical system is that, full of turmoil, it is nonetheless slow moving. Amid our individual and collective anxieties, the crisis works itself out both logically (in terms of the contradictions of the system) and unpredictably (in term of the range of solutions). Such a situation calls for neither patience nor prudence, but for a long perspective on the present and some imagination about the future. ... The crisis is objective and ongoing. But its resolution will be the outcome of our collective human intervention and is not preordained (WALLERSTEIN1982: 53-4).

O termo crise desde há muito vem sendo bastante freqüente na linguagem cotidiana no Brasil. Crise econômica, de emprego, crise política, do regime, em uma palavra, tem sido tantas as crises desde os anos 1980 do século passado que a palavra com toda certeza deixou de amedrontar. Aprendeu-se que se sobrevive até com mais de uma crise ao mesmo tempo. Se crise tem estado presente na linguagem da imprensa, isso não ocorreu na mesma proporção no âmbito das Ciências Sociais no país. Aqui, referências a crises e análises sistemáticas de suas ocorrências e desdobramentos, foram diminuindo a partir de meados dos anos 1900 até que praticamente desapareceram durante os anos 2000. No campo dessa conjuntura científico-política, três movimentos foram fundamentais para restringir a referência a crises a bolsões marginalizados no contexto de certo cenário acadêmico no Brasil. O primeiro diz respeito ao fim do regime militar e às expectativas que a redemocratização suscitou a partir de meados dos anos 1980, com o início de uma época de progressiva estabilidade política que avançou rapidamente para uma proposta “social democrata” e, em seguida, para outra aparentemente ainda mais avançada, a do PT. O segundo, por mais de um motivo conectado ao primeiro, foi a crescente aceitação à implementação de um receituário econômico identificado com prescrições que praticamente universalizaram políticas econômicas neoliberais, por aqui sintetizadas como prescritas pelo “Consenso de Washington”. Por fim, e como corolário dos outros constritores da reflexão crítica, temos o descrédito dos pressupostos teórico-metodológicos que ressaltavam a importância dos ritmos cíclicos como variáveis fundamentais à compreensão do desenvolvimento do capi-

talismo. É certo que a crise da ciência apresenta-se muito mais ampla que apenas as restrições a uma ou outra teoria e/ou metodologia. Refere-se mais a questionamentos a respeito de premissas fundamentais do pensamento científico que não cabem ser aqui detalhados. O que deve ser lembrado é que o impacto dessa crítica abateu-se primeira e mais pesadamente sobre as Humanidades (elo mais fraco?). Temos, então, a confluência desses três fatores – político (redemocratização), econômico (estabilização) e ideológico (neoliberalismo e crise da ciência social) – a deslocar os estudos dos ciclos e das crises a redutos segregados do meio acadêmico brasileiro. Dito de outro modo, a expectativa de tempos melhores associada à crescente estabilidade política e econômica do país, depois de tanta incerteza, como que amorteceu a ousadia de um pensamento crítico que, inseguro ou quase convencido, tem resolvido aguardar por evidências mais convincentes para ressurgir.

De modo algum essa retífica ideológica neoliberal justificou um otimismo “conformista” apenas no contexto brasileiro ou mesmo latino americano. O refluxo da crítica também se deu no meio acadêmico europeu e norteamericano. Entretanto, preservado em raros e afortunados nichos, o sentido heurístico dos movimentos cíclicos das crises continuou a ser cultivado. E é a respeito de como esses movimentos vêm sendo tratado que devemos, mesmo que brevemente, repetir as posições que Wallerstein tem a respeito de crise no contexto da economia mundo capitalista.

Pode-se iniciar este breve resumo da visão que Wallerstein tem desse longo período partindo do modo como conceitua crise.

I shall use ‘crisis’ to refer to a rare circumstance, the circumstance in which a historical system has evolved to the point where the cumulative effect of its internal contradictions make it impossible for the system to ‘resolve’ its dilemmas by ‘adjustments’ in its ongoing institutional patterns. A crisis is a situation in which the demise of the existing historical system is certain and which therefore presents those found within it with a real historical choice, what kind of new historical system to build or create (WALLERSTEIN, 1988: 581-2).

Nesse mesmo trabalho o autor procura historiar essa definição bastante abstrata, identificando pressupostos essenciais que fundamentam o seu entendimento de crise com a real insolubilidade das contradições que

atuam contemporaneamente. O primeiro e mais fundamental aspecto é que o “moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista” inseparável, portanto, de sua estrutura política porque composta de múltiplos estados em uma única economia. Essa unidade econômica opera de acordo com a “lei do valor”, com as conseqüências da contradição insolúvel entre forças produtivas e relações de produção (lei tendencial da queda da taxa de lucro), típicas do modo de produção capitalista.

O segundo aspecto relevante a ser considerado quando se reflete a respeito desta crise, segundo Wallerstein, é que o sistema foi historicamente originado. De seus fundamentos europeus, a partir do Século XV ou, como Wallerstein mesmo define, “no longo Século XVI”, o sistema se expandiu, incorporando e submetendo áreas externas até universalizar-se no final do Século XIX. Ao bem da verdade, nesse aspecto, ainda se pode identificar atualmente resíduos de pequenos agrupamentos humanos ainda fora de qualquer contacto com essa sociedade inclusiva do sistema-mundo capitalista. Os grupos vez por outra apontados como isolados pelos sertanistas na Amazônia representam o que ainda resta para ser absorvido/destruído como arena externa nessa economia-mundo. De qualquer modo, são resíduos sem qualquer expressão ativa sistemicamente considerando.

O terceiro componente desse parâmetro tipificador do sistema-mundo capitalista organiza-se a partir das redes de contradições que, no caso daquelas de fundamento econômico, pouco há o que acrescentar. Por sua vez, as reações politicamente organizadas para contraporem-se às tendências polarizadoras daqueles antagonismos (desemprego tecnológico, subemprego, proletarianização, concentração de poder e riqueza) abrem novos caminhos que resultam no fortalecimento dos trabalhadores na participação do excedente e, por outro lado, no crescimento da importância econômica e política dos estratos intermediários, que passam a funcionar como um contrapeso à crescente influência dos trabalhadores. Em ambos os casos, o resultado acaba sendo uma diminuição da mais-valia apropriável pelo capital no longo prazo.

Outra peculiaridade do atual sistema histórico, segundo Wallerstein, é o movimento para a completa mercantilização da vida associado aos limites de expansão física do sistema. Aqui, para facilitar o entendimento, devemos aproximar Wallerstein às teses dos limites da acumulação de capital desenvolvidas por Rosa Luxemburgo. Ambos estabelecem os limites de expansão

sistêmica quando se extinguem a existência de recursos naturais e humanos a ser incorporados e postos a funcionar para o capital naquelas áreas ainda não capitalisticamente exploradas (LUXEMBURGO: 1976). Aqui, Wallerstein vai além nessa tese ao incluir instâncias não plenamente mercantilizadas das áreas já dominadas pelo capital, como o trabalho feminino nas atividades domésticas – *households* –, como “espaços” para o avanço da plena mercantilização, isto é, espaços potencialmente apropriáveis para que o capital alcance seus limites físicos e sociais de expansão. Neste caso, a mercantilização de todos os interstícios ainda não mercantilizados da vida social no capitalismo, dos quais as atividades domésticas representam um bom exemplo, significa aumentar o valor necessário à manutenção dos trabalhadores, homens e mulheres, com a conseqüente pressão sobre os lucros empresariais.

A conseqüência resultante dessa expansão das tensões e aprofundamento das contradições tem sido o crescimento dos movimentos anti-sistêmicos em escala mundial. Movimentos de libertação nacional, insurgências proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas, revigoramento de religiosidades, são alguns exemplos lembrados pelo autor. Por outro lado, a resposta sistêmica tem sido sempre “cooptação” ou repressão. Essa é uma posição insustentável no longo prazo, embora tenha funcionado bem desde 1968-70 até o final dos anos 1980 (WALLERSTEIN, 1988:587).

O resultado da interação desse conjunto de determinantes histórico-estruturais é inequívoco desde que as contradições sejam reais. Por resultado certo o autor quer dizer o desaparecimento da economia-mundo capitalista significando, de acordo com o que foi rascunhado anteriormente, o fim econômico, político e social desse sistema-mundo. Entretanto, o que virá depois? O que substituirá o sistema-mundo capitalista?

Aqui, o pensamento de Wallerstein aparta-se radicalmente da tradição do pensamento socialista que, mesmo quando recusa compartilhar o etapismo mecanicista da ortodoxia marxista, tende a reconhecer o surgimento mais provável de versões as mais diversas de socialismos. Em uma palavra, esse tipo de pensamento político socialista compartilha com os fundadores do marxismo um nexos iluminista de redenção humana, de progresso, de otimismo enfim. Em Wallerstein, esse traço otimista não existe como linearidade histórica. Pelo contrário, em seu trabalho é claramente observável o reconhecimento de movimentos potencialmente mais igualitários serem

abortados e transformados em formas de organização social ainda mais opressivas que a precedente. A interpretação que fez a respeito da passagem do feudalismo para o capitalismo não deixa margem a dúvidas, quando afirma que a direção para uma ordem social mais igualitária presente em 1450 está radicalmente transformada em 1650 (1984:41-2). Em vista da identificação de uma reversão tão dramática o autor permite-se dizer que *“progress is very possible; it is merely not inevitable”* (op. cit.).

No que concerne aos propósitos deste artigo, a frase seguinte é absolutamente oportuna:

Whereas, within the ongoing structural processes of an historical system, there is little role for voluntaristic ‘speeding up’ of the contradictions, at the moment of crisis or transformation, the role of politico-moral choice expands considerably. It is on these occasions that it can be truly said that ‘man makes his own history (WALLERSTEIN, 1988:583).

Essa citação destaca os limites de possibilidades teórico-políticas de dois períodos do sistema histórico do capitalismo. O primeiro, o que se processa no contexto do movimento expansivo do sistema-mundo, aquele em que espaços acomodatórios apresentam-se às contradições, quer porque o sistema expande-se territorialmente quer porque aprofunda-se em “espaços” ainda não capitalisticamente transformados. Nesse ambiente, a ação teórico-política possível não é a de “queimar etapas” ou de apressar a radicalização das contradições. O campo de ação possível tende a ser de tal modo estreito que movimentos anti-sistêmicos deverão produzir efeitos estruturais limitados, embora não necessariamente sem importância. Por outro lado, quando se trata de períodos de crise de transformação, de crise sistêmica, as oportunidades ampliam-se significativamente. Mas elas ampliam-se também no que respeita às direções a se tomar. Em outras palavras, o que for feito vai gerar conseqüências às vezes determinantes para os rumos da transformação. E essas direções podem apontar para um mundo mais ou menos livre, justo, humano etc. Deste modo, o peso da ação e da reflexão teórico-política em momento de crise sistêmica não é pequeno.

Essa pesada responsabilidade moral e política é ainda mais severa quando se considera que o pensamento de Wallerstein não comporta a idéia

de crises periódicas no sistema-mundo capitalista. Conforme comentado acima, o pleno sentido do conceito de crise só ocorre a partir do momento em que o sistema não consegue mais “resolver os seus dilemas.” Depreende-se dessa afirmação que, para Wallerstein, o capitalismo não é um sistema em permanente crise, mas que, ao contrário, está vivendo sua longa e única crise, a do seu final. Desse modo, por existir uma longa e única crise, com ocorrência irregular embora progressivamente superposta – crise econômica; crise política; crise de hegemonia; crise militar; crise da ciência; crise dos movimentos sociais – sobredeterminando-se e tornando-se mais e mais complexa em cada período conjuntural dessa longa decadência em direção ao desaparecimento, o resultado para a ação e para a reflexão é que o campo de visualização possível tende a divergir. Em outras palavras, tendo em vista que a crise é composta de muitas crises simultâneas, a ação e a reflexão podem ser dirigidas a um ou outro aspecto desse todo complexo e em desorganização, diluindo a visão do todo. E isso pode provocar miragens e equívocos políticos de sérias conseqüências ou porque se despande inutilmente recursos escassos (energia e força política) e/ou porque diminui o espectro de aliados ao gerar ilusão ou descrença em atores sociais importantes. Lembremos aqui a importância das expectativas na ação política.

A solução que Wallerstein apresenta não chega a ser original, embora haja coerência em seu pensamento. Sua opção aponta para se olhar o presente com a perspectiva do passado, ou seja, reconhecendo que as chances do futuro estão abertas, porém que não são inevitáveis. A história dos sucessos e fracassos de projetos histórico-sociais interessantes, de se ter feito a História não como se desejava fazê-la, mas de acordo com o que era possível segundo o que se apresentava aos atores, deve servir como subsídio inestimável para “se fazer a própria História.”

O complemento criativo da ação, o que se refere às previsões, estes devem também provir dessa longa perspectiva, para trás e para frente, porém considerando antes de qualquer coisa que a crise é **única**, evitando, com isso, focalizar o objetivo errado. Com isso, embora na crise se reconheça a opacidade da previsão de longo prazo e se estreite o horizonte da ação, por esse mesmo motivo o resultado pode firmar-se mais solidamente, com um passo à frente depois do outro.

A nós, profissionais da interpretação e da reinterpretação, do tempo longo e do tempo curto, resta ao menos uma certeza. A de que é no espaço aberto da crise sistêmica e das incertezas teóricas e práticas que a acompanham – já que não existe possibilidade de teoria da transição, que é única – que análises teóricas e metodologicamente típicas de conjuntura fazem-se indispensáveis. Aqui, intuição e teoria, isenção e envolvimento, rigor e ajustes *ad hoc* convivem precária e imprevisivelmente, buscando ao menos apresentar interpretações que fundamentem coerentemente vínculos entre o passado e o futuro de modo a permitir opções para a ação transformadora.

4. CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi o de apresentar o forte vínculo que existe entre a obra de Immanuel Wallerstein, especialmente no caso de sua peculiar visão de crise, e as análises de conjunturas.

Na primeira parte procurei realçar alguns aspectos relevantes próprios das abordagens conjunturais, com o intuito de evidenciar como os traços característicos das análises do tempo curto ajustam-se perfeitamente ao cenário em lenta desestruturação que, para o autor, compõe o tempo de crise sistêmica. O complemento foi um resumo da visão de crise, do que se pode esperar dela, da responsabilidade do ator e do analista político e da importância dessa angustiada e longa perspectiva do presente.

Embora Wallerstein não compartilhe da idéia, comum em muitos marxistas, de que a crise é endêmica no capitalismo, sua visão de crise de modo algum apaga o conflito do cenário da economia-mundo capitalista. Para ele, endêmicas são a exploração e a desigualdade, *ergo* o conflito. Crise, por sua vez, representa aquela situação multifacetária (condensação de todas as crises) do movimento final do sistema-mundo capitalista. Só que por final ele quer dizer um longo e tortuoso tempo.

E essa é a qualidade que atrai e ajusta as análises de conjuntura no campo gravitacional da teoria do sistema-mundo. Isso porque, se considerarmos que a crise seja historicamente única e se considerarmos que pode gerar vários resultados em termos de sucessores deste modo capitalista atual, segue que não comporta uma teoria da transição. Tudo vai depender da ação política das classes e estratos sociais, de suas expectativas e imaginação.

E aqui abre-se o palco ao analista da conjuntura. De intérprete de segunda classe na estratificação do establishment científico, eis que ascende ao primeiro plano da necessidade histórica.

Outro golpe direto na velha e boa Ciência Social? É viver para ver... E para crer.

THE CONTEMPORARY TIME AND THE WORLD-SYSTEMS STUDIES: A METHODOLOGICAL APPROACH

Abstract

This article emphasizes the relevance of 'short time duration' within world-system theories. The article presents the notion of contemporary time in accordance with the main concepts of world-system analysis related to time span of historical and political analysis. The theoretical premises developed by Immanuel Wallerstein for explaining the historical character of capitalist world-systems and its crisis reinforce the relevance of contemporary time studies at the decline phase of the historical capitalist world system.

Key-words: World-Systems; world-economy; conjunctions; temporal conjunctions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

DINIZ, Eli. Reflexões sobre Análise de Conjuntura. In: **Metodologia e Problema na Análise de Conjuntura**, Grupo de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro, n° 45, janeiro 1991, p.9, Mimeo.

FIORI, José L. Análise Política do Tempo Conjuntural. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 34, n° 3, 1991, p.379-414.

GUIMARÃES, César. Mares da Lua. In: **Metodologia e Problema na Análise de Conjuntura**, Grupo de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro, n° 45, janeiro 1991, p.18.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital**: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SOARES, Luis E. Algumas Reflexões sobre Análise de Conjuntura Política. In: **Metodologia e Problema na Análise de Conjuntura**, Grupo de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro, n° 45, janeiro 1991, p. 9.

WALLERSTEIN, I. Crisis as Transitions. In: AMIM, Samir et al. Dynamics of Global Crisis, **Montly Review Press**, NY, 1982, p.11-54.

_____ **Historical Capitalism**, London, Verso.

_____ Tipology of Crises in the World System. In: **Review**, XI, Fall 1988, p. 581-98.